

A confiança entre os agricultores na garantia do atributo ecológico de sua produção

Confidence among farmers on securing the ecological attributes of their production

FORNAZIER, Armando 1; PEDROZO, Eugenio Avila 2.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN), Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre/RS, Brasil, armandouenf@yahoo.com.br; ² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN), Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre/RS, Brasil, eapedrozo@ea.ufrgs.br

RESUMO: A produção de produtos denominados orgânicos ou ecológicos tem sido uma realidade, porém, no processo de comercialização muitas vezes não se consegue caracterizar todos os atributos do produto. O objetivo deste trabalho foi de avaliar a percepção dos agentes envolvidos na produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura ecológica comercializados numa feira de produtos ecológicos de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, avaliando o processo através de alguns aspectos da Economia dos Custos de Transação (ECT). Dessa forma, busca-se descrever como a confiança entre os membros permite o desenvolvimento de uma relação de afirmação na garantia de uma dada característica do produto. O estudo do caso mostrou ter relações de confiança entre os agentes. Confiança essa adquirida por uma maior frequência nas relações, menor incerteza nas negociações devido a um processo de certificação participativa e a um ativo específico dentro de um determinado padrão.

PALAVRAS-CHAVE: confiança, economia dos custos de transação, agroecologia

ABSTRACT: The production of products called organic or ecological has been a reality, but in the process of marketing is often not able to characterize all the attributes of the product. The goal of this work was evaluating the perception of those agents involved in the production and trade of products from the ecological farming, marketed in a fair of ecological products from Porto Alegre, state of Rio Grande do Sul, on evaluating this process through some aspects of the Economy of Transaction Costs (ETC). Then, it tries to describe how the confidence among members allows the development of an endorsement in the securing of a particular characteristic of the product. The study of the case showed to have a relationship of confidence among the agents. Confidence this won by a higher frequency of relationships, minor uncertainty in the negotiations due to a process of participative certification and to an active specific within a definite pattern.

KEY WORDS: reliability, economy of transaction costs, agroecology.

Introdução

O setor agropecuário é caracterizado por um extenso número de pessoas envolvidas na produção. As atividades encontram-se dispersas em diversas propriedades que variam de área e nível de tecnologia adotada. No segmento de frutas, legumes e verduras (FLV), mais conhecido como hortigranjeiros, a diversidade de propriedades é ainda maior, com a predominância da pequena propriedade. Essas características do setor dificultam algumas atividades como a comercialização, devido à pequena escala de produção que impossibilita o abastecimento constante dos mercados por um único produtor.

A agricultura sem o uso de produtos químicos ou especificamente os chamados agrotóxicos (fungicidas, inseticidas, herbicidas, nematicidas, entre outros), bem como fertilizantes e hormônios, vem se configurando como um nicho de mercado. Essa produção busca atender consumidores que os consideram mais saudáveis e, por isso, compram os produtos originários desse sistema de produção. Por parte do produtor esse sistema minimiza dependência de insumos externos, muito desses originários de combustíveis fósseis. O uso da mão-de-obra nesse sistema de produção torna-se mais abundante devido a muitas técnicas que não são utilizadas. Assim, por exemplo, o uso de herbicidas na agricultura convencional, diminui a mão-de-obra que seria usada em capinas ou roçadas manuais. Na agricultura orgânica, além das capinas e roçadas, outros métodos como o controle de pragas mais preventivo faz com que o agricultor dedique mais tempo à atividade, o que torna um fator de grande importância para a utilização da mão-de-obra familiar e que a produção ocorra em menores áreas.

A produção sem o uso de agrotóxicos pode ser certificada por certificadoras especializadas. Essas realizam vistorias no sistema produtivo e autorizam o uso de selos nas embalagens dos produtos comercializados, isso

garante que o produto foi produzido dentro de determinados padrões. O processo de certificação é tido como de alto custo para as condições dos pequenos produtores, principalmente devido à pequena escala de produção. Para diminuir problemas com a pequena escala, estão sendo aprimorados processos de certificação participativa ao processo de produção, que pressupõe a participação solidária dos segmentos interessados em assegurar a qualidade final do produto, através de uma dinâmica social de integração entre os envolvidos.

No processo de certificação ou garantia da qualidade de um produto através de redes ou associações, a proximidade e o conhecimento dos outros participantes da produção torna-se um meio de fiscalização dos participantes, pois, a reputação de um pode interferir na reputação do grupo todo. Esse processo ocorre na produção orgânica de pequenos produtores, que comercializam os seus produtos em feiras de produtos agroecológicos, que não teria viabilidade econômica um processo de certificação por certificadoras privadas com vistorias individuais devido à baixa escala de produção. Nesse caso, a confiança do consumidor na associação, cooperativa ou outra forma de organização dos produtores torna-se um mecanismo de afirmação da qualidade e, entre os produtores, da mesma forma, o conhecimento mútuo entre eles é o meio de controle. A confiança entre os agentes envolvidos no sistema de produção evita ter que buscar outras fontes de garantia dos atributos como os selos e contratos individuais, o que aumentaria muito o número de transações.

O referencial teórico utilizado no artigo será a Nova Economia Institucional (NEI), especificamente a Economia dos Custos de Transação (ECT) para abordar os aspectos relacionados à confiança. Outra abordagem é em relação à produção de produtos sem agrotóxicos, mais comumente conhecida pela população como

agricultura orgânica.

Esse trabalho tem por objetivo avaliar a percepção dos agentes envolvidos na produção dos produtos oriundos da agricultura ecológica comercializados numa feira de produtos ecológicos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, buscando identificar as ações que são implementadas para transmitir uma maior garantia dos atributos dos produtos e do sistema de produção aos consumidores. Dessa forma, busca-se descrever como a confiança entre os membros permite o desenvolvimento de uma relação de afirmação na garantia de uma dada característica do produto.

Economia dos Custos de Transação (ECT): a confiança

A economia neoclássica tem recebido muitas críticas por suas análises, pois o homem econômico não tem demonstrado tanta racionalidade para maximizar seus lucros. No cotidiano ocorrem muitas relações entre os diversos agentes da sociedade, onde o indivíduo relaciona-se para exercer atividades de comércio, parcerias, atividades pessoais, de ajuda mútua, entre outras. As relações, principalmente quando envolvem alguma troca, podem ser regidas por meio de contratos ou pela confiança entre os membros.

Ronald Coase, um economista inglês, em 1937 escreveu um artigo intitulado "The Nature of the Firm" (COASE, 1937) onde discute por que as firmas existem e produzem, ao invés de existir apenas o mercado. Coase considera que um dos objetivos da firma é coordenar a produção sob a autoridade que coordena a alocação de recursos, diminuindo as relações e contratos entre os agentes, pois negociar nos mercados tem custos. Assim, dentro da firma não há a necessidade de contratos entre cada operação de ordem ou serviço a ser cumprida.

Oliver Williamson, no início dos anos 1970, lançou um programa de pesquisa com a Economia

dos Custos de Transação (ECT) na chamada Nova Economia Institucional (NEI), começando a pesquisar as transações, o que Coase em 1937 chamava de negociações. A ECT tem como limite de análise as relações que possam ser formuladas como um problema de contratação, como as relações de troca do capitalismo, as denominadas transações (WILLIAMSON, 1985). A transação passa a ser a unidade básica de análise da teoria da firma. Os custos de transação são aqueles incorridos na elaboração e negociação dos contratos, mensuração e fiscalização de direitos de propriedade, monitoramento do desempenho e organização de atividades (AZEVEDO, 1997). O mecanismo de contratos possui custos que podem ser *ex ante* ou *ex post*. No *ex ante* se estabelece as penalidades e recompensas pelo comportamento desviante e as tarefas de cada agente. Não é possível prever tudo o que irá acontecer, por isso existe custos *ex post* decorrentes de monitoramento, adaptações, falhas e resoluções de conflitos.

Três características são responsáveis por definir as transações segundo Williamson (1991), a frequência, a incerteza e a especificidade dos ativos envolvidos; sendo para a ECT a especificidade dos ativos envolvidos a principal característica responsável pela determinação do tipo de coordenação (mercado, firma, etc.). A especificidade é uma referência ao grau em que um ativo pode ser reempregado para usos alternativos ou por outros agentes, sem que haja perda de sua capacidade ou valor produtivo. Um maior grau de especificidade tem a necessidade de maiores salvaguardas contratuais, pois, uma quebra de contrato pode gerar gastos irreversíveis devido ao ativo ser destinado quase que exclusivamente a uma função; outra alternativa é internalizar a produção verticalizando a produção. Ativos com menor grau de especificidade, como é o caso das commodities que são produtos mais padronizados, o

A confiança entre os agricultores

mecanismo de mercados normalmente é mais eficiente, já que diminuem os custos contratuais.

A incerteza é um atributo que exercerá influência nas características das instituições e pode levar a formas intermediárias ou híbridas de empresas (WILLIAMSON, 1991). As formas intermediárias ou híbridas são referidas como acordos ou contratos entre firmas, por exemplo, franquias ou joint ventures, entre outras. A incerteza também dificulta contratos completos. A frequência de ocorrência de uma transação é importante para a coordenação e gestão das transações, pois, quanto maior a frequência da realização de uma determinada transação, mais se conhece dos agentes envolvidos (comprometimento e reputação), facilitando a gestão.

Quanto às características dos agentes envolvidos numa transação, Williamson (1991) considera a racionalidade limitada e oportunismo como características de grande importância. A racionalidade limitada está presente na ECT, bem como o potencial comportamento oportunista (WILLIAMSON, 1985). A racionalidade limitada diz que o indivíduo não possui capacidade de coletar e processar todas as informações, ou seja, é impossível que o indivíduo conheça todas as alternativas de que dispõe ou todas as suas consequências (SIMON, 1965). No modelo de Simon, as decisões são satisfatórias e não ótimas. O autor trata da tomada de decisão na teoria administrativa, mostrando que o indivíduo devido a fatores como o tempo ou custos, não consegue ter todas as informações antes de decidir e, por isso, busca tomar uma decisão que seja satisfatória e não ótima.

Pelo fato do indivíduo não conseguir prever tudo, ações oportunistas estão presentes. O oportunismo é um dos níveis de promoção de autointeresse. Dada à existência de informação assimétrica, o oportunismo traduz-se pela forma com que os detentores de informações privilegiadas a utilizam (WILLIAMSON, 1985).

Nas negociações, com uma maior frequência nas transações, há a possibilidade de se conhecer melhor o parceiro, o que pode aumentar as relações de confiança. A confiança é comumente definida como o cálculo subjetivo que uma pessoa faz da probabilidade de que seu parceiro venha a agir de maneira cooperativa em uma transação (e.g. DASGUPTA, 1988; GAMBETTA, 1988). O tema confiança vem recebendo cada vez mais atenção na literatura da área de Economia, bem como nas Ciências Sociais, em geral. Um dos aspectos que constitui o “capital social” de um país é o nível de confiança de seus cidadãos, isto é, a percepção do grau de risco ao qual as pessoas se submetem nas suas relações umas com as outras (LAZZARINI et al., 2005).

Agricultura sem uso de produtos químicos

- A produção sem o uso de agrotóxicos pode receber diversas denominações, Oltramari et al. (2002) relatam algumas características de diversas correntes. São essas:

- Agricultura Biodinâmica: surgiu na Alemanha em 1924, tendo Rudolf Steiner como um de seus principais divulgadores. Prega um tipo de agricultura que envolva não somente aspectos técnicos ou produtivistas na relação homem-natureza, mas uma integração do homem ao universo;

- Agricultura Orgânica: originou-se na Inglaterra com base nas teorias de Albert Howard em seu livro denominado Testamento da Agricultura (1940). O autor chama atenção para o papel fundamental da conversão da fertilidade do solo, relatando a importância da matéria orgânica, dos microorganismos e da necessidade de integração entre produção vegetal e animal;

- Agricultura Biológica: foi desenvolvida na Suíça, na década de 1930, por Hans-Peter Rusch e Hans Müller. Esse tipo de agricultura semelhante à orgânica, preconiza o manejo de solos, a fertilização e a rotação de culturas;

- Agricultura Natural: o seu fundador é

Masanobu Fukuoka, suas idéias e experiências desenvolvidas na década de 1930 foram escritas no livro *Agricultura Natural* (1978). A filosofia da agricultura natural propõe intervenção mínima do homem nos processos da natureza, com ausência de aração, gradagem, capinas, fertilizantes e agrotóxicos. A denominação de agricultura natural é muito utilizada pelos seguidores do filósofo japonês Mokiti Okada, fundador da igreja messiânica;

- Permacultura: desenvolveu-se na década de 1980 por Bill Mollison e David Holmgren a partir do livro *Permacultura*. Os autores propõem a permacultura como um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes ou auto-perpetuadas, úteis ao homem;

- Agroecologia: considera os sistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo. Os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em conjunto.

A Agroecologia é definida por Altieri (2001) como uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e sócio-econômicos à compreensão e avaliação dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas. Nesse sentido, a Agroecologia fundamenta sua análise na ação operativa dos agroecossistemas, sendo seu objetivo principal o manejo de sistemas agrícolas complexos, onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção dos cultivos.

As várias denominações diferenciam os sistemas de cultivo, porém, o produto final, possui muitas características semelhantes, como a possibilidade de menor acúmulo de substâncias químicas originárias da aplicação de agrotóxicos, pois, nos vários sistemas, a utilização de agrotóxicos é proibida. O Decreto Nº. 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei Nº.

10.831, de 23 de dezembro de 2003, considera o sistema orgânico de produção agropecuária como todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. O objetivo do sistema de agricultura orgânica é promover a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos. O modelo contrapõe ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2007).

A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) define agricultura orgânica como um sistema baseado em um conjunto de processos, resultando em um ecossistema sustentável, alimento seguro, boa nutrição, bem-estar animal e justiça social. Assim, o IFOAM define que a produção orgânica é mais do que apenas um sistema de produção que inclui ou exclui certos insumos (IFOAM, 2002).

Na produção orgânica ou com outras denominações como ecológica, biológica, entre outras, o IFOAM é uma entidade que determina os lineamentos básicos para este tipo de sistema produtivo. Nesse sentido, a entidade é uma plataforma de intercâmbio e cooperação internacional que representa o movimento mundial da agricultura ecológica.

Muitas das leis e diretrizes dos países, por exemplo, do Brasil, são feitas seguindo os padrões do IFOAM. No entanto, variações de insumos, inclusive pela diversidade dos agroecossistemas, fazem com os países realizem o seu conjunto de leis.

A confiança entre os agricultores

Os sistemas de certificação têm uma grande importância para que as normas possam ser cumpridas. Porém, algumas características como o alto custo operacional e a pequena escala de produção podem dificultar a utilização de determinadas certificações. Para atender algumas peculiaridades da diversidade da produção agropecuária, o MAPA permite o uso de três mecanismos de garantia das características dos produtos e do processo de produção: a certificação por auditoria, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação (BRASIL, 2007).

Na certificação por auditoria uma certificadora avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a certificação; essas certificadoras que realizam as auditorias não poderão desenvolver atividades relacionadas à assistência técnica nas unidades de produção.

Os sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica são formados pelo conjunto de seus membros como os produtores, transportadores, comercializadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica. O conjunto forma um organismo participativo de avaliação da conformidade que deve ser credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse organismo terá personalidade jurídica própria, com atribuições e responsabilidades formais, consignadas em seu estatuto social.

Na venda direta sem certificação é permitido o uso do controle social. Nesse caso, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização de controle social cadastrada no MAPA ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado. Os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento.

Os mecanismos de garantia das características dos produtos ou processo de produção buscam que os consumidores possam conhecer mais sobre os produtos adquiridos. Stumm (2008), avaliando a relação entre sistemas de certificação e práticas sócio-produtivas na agricultura ecológica em uma localidade do estado do Paraná, observa que o sistema via inspeção ou auditoria organiza-se a partir de instrumentos formais de avaliação da conformidade, onde o controle é baseado no trabalho do inspetor, no controle de registros e nas análises técnicas na busca da credibilidade. Enquanto, na certificação participativa em rede procura-se atingir uma "conformidade social" na medida em que a interação social é um componente de verificação. Assim, a autora aborda que na certificação participativa, a comunicação e entendimento entre os membros de um grupo, entre os diferentes grupos, núcleos regionais e consumidores são os elementos importantes na busca de geração coletiva de credibilidade.

Metodologia

Para a realização do presente trabalho foi utilizado a metodologia de Estudo de Caso. O Estudo de Caso é uma metodologia utilizada em muitas situações onde inclui estudos organizacionais e gerenciais e vem sendo cada vez mais adotada como ferramenta de pesquisa (YIN, 2001).

O estudo de caso, segundo Yin (2001), é uma ferramenta utilizada pelos pesquisadores para responder como e por que certos fenômenos ocorrem, quando se persegue o foco em um evento contemporâneo e quando não se requer controle sobre o comportamento dos eventos. O estudo foi realizado em uma feira de produtos ecológicos denominada Feira de Agricultores Ecologistas (FAE), situada no Bairro Bom Fim, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A feira ocorre todos os sábados pela manhã.

Foram realizadas entrevistas abertas com os coordenadores da feira e 12 produtores/feirantes no período de setembro de 2008. Em maio de 2009, realizou-se uma nova visita à FAE, buscando algumas informações complementares do estudo inicial.

Na escolha dos entrevistados procurou-se os produtores que se enquadravam mais na comercialização de produtos agrícolas *in natura* como frutas, legumes, verduras, milho verde, etc. O universo da FAE é de 43 produtores, porém, alguns comercializam mais produtos elaborados como sanduíches, pães, etc. Dessa forma, os produtores abrangidos são os que além da comercialização na FAE, participam também da etapa de produção agrícola. Portanto, o grupo de selecionados para participarem da pesquisa são sujeitos que têm um maior envolvimento com as etapas de produção e comercialização. A escolha dos sujeitos que participam de mais etapas entre a produção e o consumo foi com o propósito de ter mais informações da relação desses integrantes da FAE.

Os produtores são originários da Região Metropolitana de Porto Alegre e municípios vizinhos e da Serra Gaúcha. Essa heterogeneidade de localização deve-se ao fato de alguns produtos como a maçã ser característica das regiões de maior altitude, portanto, mais na Serra Gaúcha. Enquanto outros produtos, por necessitarem de condições específicas de clima e solo, são cultivados em regiões de menor altitude como nos arredores da Grande Porto Alegre.

Buscou-se compreender o processo de entrada dos produtores na feira com uma determinada característica de produto, denominado orgânico ou ecológico, mas que não possui um selo de certificação. Dessa forma busca-se relatar a forma em que se inserem esses produtores na feira e seus produtos de forma que respeitem a denominação que pregam, analisando as questões que levam a ter uma maior

confiabilidade uns com os outros, com a administração da feira e com os consumidores que adquirem um produto com determinadas características.

Resultados e discussão

Essa etapa compreende os resultados obtidos com a pesquisa relacionando-os aos aspectos da teoria.

Feira de Agricultores Ecologistas (FAE)

A atual feira de agricultores ecologistas (FAE) é originária da Cooperativa Ecológica Colméia Ltda. A cooperativa foi fundada em 1978 e em 1989 formou-se a feira, inicialmente mensal, depois quinzenal e depois semanal. A FAE está localizada ao lado de outra feira de produtos ecológicos denominada Arco-íris, no Bairro Bom Fim, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A FAE é composta por 43 produtores que comercializam produtos diversos. A maior parte das bancas é constituída por frutas, legumes e verduras (FLV); os produtores são de diversos municípios do entorno de Porto Alegre que encontraram na feira a oportunidade de comercializar os seus produtos sem agrotóxicos. Para oferecer uma maior diversidade e opção de compra para os freqüentadores da FAE (consumidores), outros produtos passaram a serem ofertados, por exemplo, pães, bolos, biscoitos, cogumelos, entre outros. Além de ser mais um atrativo para as pessoas visitarem a feira, isso contribui para a inserção de novas pessoas na comercialização de produtos naturais, pois auxilia aos vários membros da família participarem do processo produtivo e de ocupação. A FAE, além da venda dos produtos agroecológicos, é uma associação agroecológica que busca capacitar os membros através de trocas de experiências, para difundir os ideais do sistema de produção, valorizando também a

A confiança entre os agricultores

relação do Ser Humano com a Natureza.

Com o fechamento da Cooperativa Ecológica Colméia Ltda., a FAE passou a ser a entidade de gestão da feira. A FAE se constituiu numa associação agroecológica, pois, a estrutura de organização é considerada uma forma participativa onde as pessoas mesmo produzindo de forma individual unem-se no propósito de comercializar seus produtos e de divulgar sua forma de produção e de vida. Para muitos dos produtores, esse tipo de produção é também uma filosofia de vida, onde se busca respeitar o equilíbrio entre o Homem e a Natureza, como preconiza a associação (FAE).

A associação é composta por agricultores, juntamente com uma estrutura de promoção e apoio. Assim, possui técnicos que auxiliam desde a arrumação e acompanhamento das atividades na feira, uma jornalista que auxilia nas atividades de acompanhamento dos visitantes e orientação aos produtores, uma nutricionista que auxilia também fornecendo informações sobre produtos mais saudáveis, entre outros. Os produtores são oriundos de diversos municípios, sendo que muitos vêm de outras associações de agricultores ecológicos ou orgânicos de diversas localidades, ou seja, algumas associações inserem-se na feira que hoje é uma associação.

A diversidade de produtores, tanto em quantidade quanto uma diversidade espacial, de localização, torna-se necessária para que se possa oferecer uma maior variedade de produtos. Os agricultores são familiares, dotados de pequenas áreas e que pela baixa escala de produção teriam dificuldades de inserir em outros canais de comercialização. Além disso, com as áreas pequenas, eles relataram que não daria para competir com culturas de grande escala como soja, milho, trigo, entre outros. Com isso, perceberam na produção ecológica ou orgânica uma forma de produzir e sustentar a família e oferecer um produto mais saudável aos consumidores.

A preocupação dos produtores que comercializam na FAE não é apenas com a qualidade do produto, mas sim, com o respeito ao meio ambiente e com a cultura herdada dos antepassados. Busca-se resgatar muitas vezes a produção de variedades de plantas que deixaram de ser adotadas com a Revolução Verde, onde passou a valorizar mais a produtividade e, para isso, o uso de uma grande quantidade de insumos, principalmente industrializados e originários de substâncias químicas.

Na preocupação ambiental, os produtores/feirantes e toda a equipe da feira difundem práticas que agridam menos o meio ambiente como a substituição de sacolas plásticas por sacolas de pano retornáveis, entre outras. Na equipe, o trabalho da nutricionista é orientar os consumidores quanto ao preparo dos alimentos para que preserve mais as características nutricionais, bem como possa aproveitar outras partes dos produtos que normalmente não seriam consumidas como cascas, etc.

Os produtores/feirantes relatam que muitos consumidores querem saber do processo de produção, da família. Nesse caso, a FAE é um ambiente de interação entre os produtores e consumidores. Outros consumidores são mais preocupados mesmo com as características dos produtos, por terem ouvido sobre as características dos orgânicos, principalmente quanto a ser um produto mais saudável, tem a feira como um ambiente de comprar os produtos frescos.

O processo de certificação: o aumento da confiança?

Os produtos comercializados na feira não possuem um selo de certificação orgânica fornecidos por uma certificação auditada, pois esse é tido como de alto custo para os pequenos agricultores, na visão dos mesmos. De acordo com o Decreto N^o 6.323, de 27 de dezembro de

2007 que regulamenta a Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica, para que os produtos possam ser comercializados direto ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no MAPA ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado. Os agricultores devem garantir a rastreabilidade de seus produtos, bem como o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento (BRASIL, 2007).

Outra forma de organização e controle da produção são os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica que são caracterizados como um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa. Esses sistemas visam assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa. Esse processo mais comumente conhecido como Certificação Participativa vem sendo adotado pelos produtores da FAE. A certificação é realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia que permite a participação dos agricultores, técnicos e consumidores no processo. Assim, um grupo de agricultores visita outras propriedades ou associações e um técnico também acompanha o processo. Consumidores também visitam o setor produtivo com o objetivo de conhecer ou fiscalizar a produção. O custo desse sistema é menor do que pagar uma certificação auditada.

A Rede Ecovida de Agroecologia possui o funcionamento descentralizado com núcleos regionais formados por membros de uma região com características semelhantes. A Certificação Participativa da Rede Ecovida de Agroecologia fornece um selo após os produtores cumprirem os procedimentos de certificação recomendados dentro do núcleo regional. Dessa forma, não

necessariamente um membro Rede Ecovida de Agroecologia terá o selo em seu produto, há a necessidade de seguir certos procedimentos como o interesse pelo selo, a elaboração de relatórios das visitas, pareceres do Conselho de Ética do Núcleo, etc.

Além disso, a adoção do selo pode ser dificultada por alguns fatores como a forma de comercialização do produto. Na FAE, muitos produtos são comercializados sem embalagem como em maços, unidades ou pesa-se no momento da compra. Assim, mesmo com a certificação participativa, não há um selo nos produtos. Alguns produtos chegam a ter o selo, mas não é a maioria.

O Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica é visto pelos produtores como um mecanismo importante, pois, evita de ter uma empresa especializada para controlar a qualidade dos produtos. A certificação individual pela empresa especializada aumentaria muito os custos dos produtos, elitizando o público da feira, na visão dos mesmos. Na percepção dos produtores, além de um produto de qualidade, eles pregam um preço justo para que muitos consumidores possam adquirir os produtos da agroecologia.

Na certificação auditada, os agricultores recebem a vistoria de um inspetor de uma empresa que fará uma auditoria na propriedade, podendo coletar materiais para a análise de resíduos. A concessão ou a manutenção da certificação será precedida de auditoria, a ser realizada por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao MAPA, com a finalidade de avaliar a conformidade com as normas regulamentadas para a produção orgânica. Esse serviço é tido como de alto custo para pequenos produtores.

A certificação participativa que vem se desenvolvendo é um processo de confiança entre os membros, pois, a percepção de um grupo de

A confiança entre os agricultores

produtores e consumidores irá determinar o tipo de produção dos outros produtores. Nas feiras ecológicas, entretanto, é o agricultor que funciona como garantia, pois ao estabelecer uma relação de confiança com o consumidor, o selo deixa de ser necessário. Porém nas relações à distância, nos grandes mercados, onde a relação é impessoal é a certificação que inicia o processo de criação de laços de confiança com o consumidor conforme ilustra a Figura 1 (BAUER, 2004).

A visão relatada por Bauer (2004) na percepção dos produtores/feirantes é o que ocorre no processo da certificação auditada. Na certificação participativa, a interação dos consumidores com os produtores, o contato que se entende por longos períodos é visto como de grande importância para a confiança nos produtos e processo produtivo.

As relações entre os agentes: características da ECT

O processo de certificação participativa, como um processo regulamentado, vem sendo adotado pelos produtores que comercializam na FAE. Dessa forma, desde a entrada de um produtor na feira ele é visitado para avaliar as suas condições de produção. Após a entrada, ele pode ser vistoriado pelo conjunto de outros produtores ou por um grupo de consumidores, mas, nesse ambiente predomina muito a confiança entre os agentes (produtores, consumidores, técnicos, etc.). A certificação é, portanto do sistema produtivo e não uma certificação de produto individual.

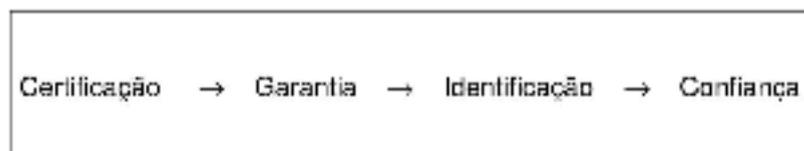
A confiança na visão dos produtores é algo alcançado com o tempo, com alguns

comportamentos e atitudes. A ECT, através de algumas características da transação como a frequência, a incerteza e a especificidade dos ativos envolvidos oferece-nos alguns entendimentos do cotidiano.

A frequência das transações, nesse caso, é representada pela participação do indivíduo na FAE (tempo e compromisso, no caso a presença semanal). Os produtores que participam todos os fins de semana são vistos pelos colegas e pelos consumidores como indivíduos mais confiáveis, pois, na visão dos produtores/feirantes se conhece mais sobre o perfil pessoal e os produtos que oferecem. O indivíduo tem um padrão (um conjunto de produtos com determinadas características), que os colegas da FAE conhecem bem; assim, uma alteração como um produto com características bem distintas, principalmente superiores quanto ao tamanho e aparência, os colegas disseram que passam a desconfiar. É possível que o produtor mude os seus padrões, mas com a convivência e o conhecimento mais profundo sobre o produtor e sua região, pode-se verificar se está seguindo os pressupostos da produção ecológica.

O maior contato entre os produtores na feira acaba gerando um vínculo de amizade entre eles. Entre os produtores essa frequência de operações contribui para trocas de produtos (sobras) no fim da feira, onde um que possui, por exemplo, repolho, passa para outro o que não vendeu e recebe algo em troca, assim, a troca de produto evita dos produtores terem que desembolsar dinheiro para comprar alguns produtos que não possuem.

Figura 1: Processo de criação de confiança nos grandes mercados



Fonte: Bauer (2004)

Entre os consumidores, os produtores/feirantes relataram que muitos buscam conhecer bem o produto que está sendo consumido, de onde veio, como foi produzido, entre outras características, para que possam comprar. Porém, outros mais “apressados” ouviram dizer que produto orgânico ou agroecológico é saudável e, por isso, compram. Para os que valorizam mais a conversa, conhecer a produção, a feira se torna um ambiente de interação e ajuda entre os membros, o produtor dá sugestões aos consumidores (preparo, conservação, etc.) e o consumidor também dá dicas do produto que deseja. O produtor que deseja continuar na feira por mais tempo, busca atender conforme o que for possível, os desejos dos consumidores. Um produtor relatou que há consumidores que compram todos os fins de semana um produto, no caso, a abóbora, que possui determinadas características como um tamanho menor, pois, o tamanho atende melhor o número de membros de sua família. Dessa forma, na visão dos produtores/feirantes, há com um grupo de consumidores uma maior interação e confiança com a maior frequência das transações, porém, os consumidores são heterogêneos e outros mais “apressados”, não personificam tanto a relação, mesmo tendo uma maior frequência das transações.

Um selo de certificação tem o objetivo de diminuir as incertezas quanto às características de um determinado produto. Dessa forma, a presença de um selo pode ser útil para garantir as características expostas num rótulo ou ser um mecanismo de recorrer a problemas ocorridos pelo consumo de certo produto. A presença da embalagem e rótulos onde o produto está condicionado é um importante mecanismo para que se possa fazer análise em caso de suspeita de contaminação. Na certificação participativa, alguns produtos estão acondicionados em embalagens com rótulos e selos, porém, em grande parte das FLVs comercializadas na FAE, este selo não está presente, pois o produto é

pesado ou comercializado em maços, etc.. Nesse caso, as visitas aos produtores é um mecanismo de diminuir a incerteza, pois ver in loco o processo de produção, as características sociais e ambientais é uma forma de conhecer mais de quem está comprando. Na visão dos produtores/feirantes, esse mecanismo torna-se importante, pois a preocupação de alguns indivíduos não é apenas com as características do produto, mas com as características da produção como respeito ao meio ambiente e condições de trabalho. Assim, a confiança entre os agentes é ocasionada pelo maior convívio, o que diminui a incerteza.

Quanto à especificidade do ativo, essa mostrou que está muito presente nas relações, sendo uma forma de avaliar se o indivíduo está sendo sincero. Isso ocorre, por exemplo, ao se avaliar um determinado padrão de um produto, muitos produtos num processo mais orgânico podem ter uma cor diferenciada, uma textura ou tamanho diferente, etc. O que os próprios colegas de feira avaliam é que se um determinado produto orgânico está escasso devido a fatores climáticos ou biológicos, e surge um produtor com um produto diferenciado, é uma forma de se avaliar bem o caso e verificar se aquele produto é de fato orgânico ou se foi adquirido de outro produtor que cultiva de forma convencional. A especificidade pode ser também avaliada pela sua regionalização (especificidade de localização), pois, uma região tem características específicas principalmente de clima para produzir determinado produto.

Quanto às características dos agentes envolvidos, a racionalidade limitada está presente e, por isso, não é possível conhecer todas as características dos produtos. Dessa forma, tanto na relação entre feirantes como com os consumidores sempre ficam algumas dúvidas não se conhecendo tudo, mas as pessoas buscam transacionar de forma que acreditem em certas

A confiança entre os agricultores

características. Mesmo alguns fatores como um produto fora de um determinado padrão gerando uma desconfiança, não é a única característica de dizer que aquele produto não é orgânico, nesse aspecto a reputação do indivíduo adquirida pelo seu tempo de feira se torna um fator importante. O oportunismo tem sido pouco constatado entre os agentes, os processos de vistoria nas propriedades por outros produtores e consumidores contribuem para diminuir o oportunismo, pois se diminui as informações assimétricas, dessa forma as relações de confiança predominam.

Considerações Finais

As relações entre os membros da Feira de Agricultores Ecologistas (FAE) em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, mostrou ter relações de confiança entre os agentes. Essa confiança é adquirida principalmente por uma maior frequência nas relações que gera uma interação dos produtores/feirantes com os seus colegas e com os consumidores. Porém, como os consumidores são heterogêneos, há consumidores que não criam tanto vínculo com os produtores/feirantes, mesmo com uma maior frequência nas transações.

Os selos de certificação e a rotulagem são mecanismos usados na certificação auditada e também na participativa, o que permite que os consumidores e colegas de produção possam conhecer melhor as características dos produtos, diminuindo a incerteza. Porém, na FAE, mesmo adotando a certificação participativa, devido às características dos produtos como o ato de escolher o produto e pesar ou separar por unidades no momento da compra, muitos produtores/feirantes não usam o selo do organismo participativo de avaliação da conformidade no produto.

As características de especificidade dos ativos como de ser de uma determinada região ou um padrão, são mecanismos que permitem que os

produtores/feirantes possam conhecer melhor os produtos oferecidos pelos colegas. Porém, como o indivíduo não consegue prever tudo devido à sua racionalidade limitada, a confiança tanto entre produtores/feirantes com colegas como com os consumidores nunca é total.

As feiras como a FAE permitem que na relação dos produtores/feirantes com os consumidores ocorra uma maior interação, o que gera uma maior personificação das relações para atender alguns requisitos como um produto com determinadas características.

As percepções de determinados comportamentos de um agente como a confiança em algo ou em alguém são de difícil mensuração, dificultando generalizar o estudo para outras populações. Assim, o trabalho traz os conceitos da teoria (ECT) e na visão dos produtores/feirantes como os elementos da teoria estão presentes.

Referências

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.
- AZEVEDO, P. F. A Nova Economia Institucional. In: FARINA, E.M.M.Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. São Paulo: Singular, 1997. p. 29-112.
- BAUER, Márcio A.L. A construção social da identidade: Um estudo nas organizações de agricultura ecológica em duas regiões do RS. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BRASIL. Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União (D.O.U.) de 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/PRODUTOS_ORGANICOS/AO_L_EGISLACAO/DECRETO%206323.PDF>. Acesso em: 21 ago. 2008.
- COASE, Ronald Henry. **The nature of the firm**.

- Economica, v. 4, p. 386-405, 1937.
- DASGUPTA, P. Trust as a Commodity. In: Gambetta, D. (Ed.). **Trust: Making and Breaking Cooperative Relations**. Oxford: Basil Blackwell, 1988. p.49-71.
- GAMBETTA, D. Can we trust trust? In: _____. **Trust: Making and breaking cooperative relations**. Oxford: Basil Blackwell, 1988. p.231-237.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS (IFOAM). II. IFOAM Basic Standards for Organic Production and Processing. Victoria, Canada, August 2002. Disponível em: <<http://www.uni-kassel.de/fb11/fnt/download/frei/dll/IFOAM%20Standards.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2010.
- LAZZARINI, Sergio G.; MADALOZZO, R. C.; ARTES, Rinaldo; SIQUEIRA, Jose de Oliveira . Measuring Trust: an experiment in Brazil. **Revista de Economia Aplicada**, Brasil, v. 9, n. 2, p. 153-169, 2005.
- OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55p.
- SIMON, H. A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.
- STUMM, Michelli Gonçalves. A Relação entre Sistemas de Certificação e Práticas Sócio-produtivas na Agricultura Ecológica: o caso de Rio Branco do Sul-PR. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: The Free Press, 1985.
- _____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, p. 269-296, 1991.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p. 2ª edição.